

Colunas religiosas e moralização do comportamento da mulher: um estudo a partir do Jornal Folha do Norte do Paraná

Amanda de Souza Ribeiro¹

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro²

Frank Antonio Mezzomo³

Resumo: A pesquisa analisa as representações da mulher na coluna religiosa da Folha do Norte do Paraná, jornal impresso vinculado à Diocese de Maringá. Foram identificadas 217 matérias que tematizam a mulher, publicadas na década de 1970, que estão sendo analisadas a fim de verificar, com base nos estudos de gênero e análise de conteúdo, se e de que forma o periódico traz discursos de moralização do comportamento feminino, face às mudanças e às novas formas de pensar a mulher e o corpo na sociedade da época. Resultados parciais indicam que, dentre as temáticas recorrentes, constam críticas ao erotismo, à lei do divórcio e à legalização do aborto, além de publicações sobre a família e que traziam personagens bíblicos como modelo de mulher.

Palavras-chave: Mulher; Moralização; Jornal.

Introdução

A presente pesquisa de Mestrado, em andamento, tem como objetivo analisar o conteúdo das colunas religiosas que tematizam a mulher, publicadas no jornal Folha do Norte do Paraná durante os anos de 1970 a 1976. Buscamos verificar se e de que forma as matérias veiculadas no periódico reforçavam representações moralizantes quanto ao comportamento das mulheres, diante dos novos movimentos e de perspectivas que marcaram a primeira metade da década de 1970.

Durante a década de 1970, em face às novas compreensões que tomavam força no país e no mundo, a Igreja Católica parece se sentir

¹ Mestranda e bolsista CAPES do PPGSeD/Unespar. Contato: amad.ribeiro@gmail.com.

² Orientadora, Doutora em Educação, docente do PPGSeD/Unespar. Contato: crispataro@gmail.com.

³ Co-orientador, Doutor em História Cultural, docente do PPGSeD/Unespar. Contato: frankmezzomo@gmail.com.

ameaçada (FÁVERI, 2007), tendo a necessidade de contrapor tais ideias por meio da publicação de matérias que as questionam e, ao mesmo tempo, exaltam a moral cristã, passando aos leitores os valores que deveriam ser seguidos e fragilizando a ampliação dos novos discursos pela sociedade.

Diante de tais considerações, questionamos se as representações da mulher, veiculadas nas colunas religiosas publicadas no Jornal Folha do Norte do Paraná neste período, apresentam elementos normatizadores e moralizantes do comportamento da mulher, tendo em vista o contexto histórico, que foi marcado pela intensificação do feminismo no país e por discussões como as relacionadas à lei do divórcio.

O jornal Folha do Norte do Paraná foi fundado em 1962 por Dom Jaime Luiz Coelho, arcebispo de Maringá, e encerrou suas atividades em 1979. O Jornal ficou conhecido como jornal do bispo e “passou a ser uma referência no Estado para os leitores de mais de cem cidades e até onde alcançava seu poder junto às dioceses” (PAULA, 2009, p. 13). Foi criado com o objetivo de combater o comunismo e propagar a fé cristã. Intitulado como laico, possuía características comerciais, mas seu proprietário e parte de sua equipe editorial era composta por membros da Igreja Católica. Veiculado diariamente, era composto por diversas colunas como Coluna Policial, Folha Feminina, Coluna Social, Folha Local, Folha Estadual, Coluna Religiosa – que será tematizada em nosso trabalho –, entre outras.

No interior da “segunda onda” do movimento feminista, que teve início no final da década de 1960, devemos destacar, além da sua luta política e social, a proposta do conceito de gênero (LOURO, 2012; PEDRO, 2005; PEREIRA, 2005). De acordo com Scott (1995, p. 86), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Para Carvalho (2001), a categoria gênero é um instrumento de análise que permite um olhar sobre as relações e a formação de identidades de mulheres e homens. Por meio dessa categoria de análise, é possível tornar visíveis construções que não têm como base explicações biológicas, mas são construídas em meio a um sistema de relações sociais, mostrando tensões

onde as relações entre os sexos acabam por determinar lugares sociais, naturalizando a diferença e criando exclusões.

Compreendemos que, em nossa sociedade, fazem-se presentes relações de gênero permeadas pela dominação, nas quais o regime masculino é responsável por ditar os papéis e a disposição de mulheres e homens, nos quais padrões de comportamento e valores são consagrados e também legitimados socialmente. Dessa forma, a submissão atribuída às mulheres pode ser vista como uma violência simbólica, sendo a relação de dominação do homem sobre a mulher construída histórica e culturalmente, mas caracterizada com frequência como algo natural e imutável. Vianna e Ridenti afirmam que:

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres; um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 96).

Quanto ao recorte temporal de nossa pesquisa, cabe ressaltar que o ano de 1975 foi declarado pela ONU como o Ano internacional da Mulher. Essa iniciativa foi tomada em repercussão ao impacto provocado pelo feminismo norteamericano e europeu durante a década de 1960 e início da década de 1970, quando diversas manifestações pelas ruas reivindicavam direitos como a livre disposição do corpo (PEDRO, 2006; SARTI, 2004).

A década de 1970 foi marcada pela intensificação do feminismo no Brasil, que tinha como objetivo a emancipação das mulheres e a luta contra a repressão gerada pela ditadura militar. De acordo com as autoras Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos:

A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um

indicador das “rupturas iniciais” que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 360).

Dessa forma, no decorrer da década de 1970 no Brasil, influenciadas pela intensificação do movimento feminista e também pelo movimento da contracultura que ocorria pelo mundo, as mulheres passaram a ocupar um novo papel na política e nas relações de gênero, declarando seu descontentamento, algumas vezes até subvertendo os códigos de conduta vigentes na época, e questionando o lugar atribuído tradicionalmente à mulher perante a sociedade (PINSKY, 2012; GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007). Nesse sentido, os movimentos feministas contribuem para o questionamento do estereótipo da mulher ligado ao espaço privado, à educação de sua família, e aos trabalhos domésticos (SARTI, 2004). As transformações que vinham ocorrendo, tanto em nível nacional como mundial, estão, portanto, no horizonte de nossa investigação, que busca compreender as representações da mulher no Jornal Folha do Norte do Paraná, na primeira metade da década de 1970.

Ao focar o jornal como fonte de investigação, está-se de acordo com as discussões teóricas oriundas da terceira geração do *Annales*, ainda da década 1970, quando o jornal deixa de ser compreendido como um mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere, ou mesmo como apenas instrumento de dominação, manipulação de interesses e de intervenção na vida social, utilizado pelas classes dominantes (CAPELATO; PRADO, 1980). Ao utilizar o jornal como fonte é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de modos de vida, perspectivas e consciência histórica (DARNTON, 1990).

Analisando as representações da mulher na Coluna Religiosa

Para este trabalho, propomos a análise das colunas religiosas publicadas no jornal Folha do Norte do Paraná durante os anos de 1970 a

1976⁴. Nesse período, a Coluna Religiosa era publicada diariamente, localizada na segunda página do segundo caderno durante os anos de 1970 a 1972, e, de 1973 a 1976, na última página do segundo caderno. A coluna não apresentava colunista fixo, sendo assinada por diferentes pessoas, dentre as quais se destacavam padres e outros membros da igreja. No ano de 1974, Maria A. Ghislene assinou a coluna em diversas matérias. A coluna ainda publicou alguns textos veiculados originalmente em outros jornais.

Durante os anos em estudo, foram encontradas ao todo, na Coluna Religião, 217 matérias que faziam de alguma forma referência à mulher. Entre essas, foram identificadas 30 matérias que abordam temas relacionados à moralização do comportamento da mulher, entre elas 5 sobre aborto, e 81 publicações que abordam o tema família, entre essas 10 sobre divórcio.

Moralização

Nessa categoria, foram agrupadas matérias que tratavam de temas relacionados a erotismo, castidade, sensualidade da mulher, pornografia e comportamento da mulher. Entre elas, podemos destacar publicações onde eram tecidas críticas à sensualidade da moda feminina, matérias que destacavam que existia uma onda de pornografia e que essa seria degradante e de mau gosto, e sobre os prejuízos causados pelo erotismo à sociedade. A seguir, analisamos algumas das matérias encontradas que compõe essa categoria.

⁴ As edições do Jornal foram digitalizadas e catalogadas pelo grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder* em projetos de pesquisas já desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e estão disponíveis para pesquisa. O acervo contém as edições do jornal Folha do Norte do Paraná publicadas durante seu período de circulação (1962 a 1979).

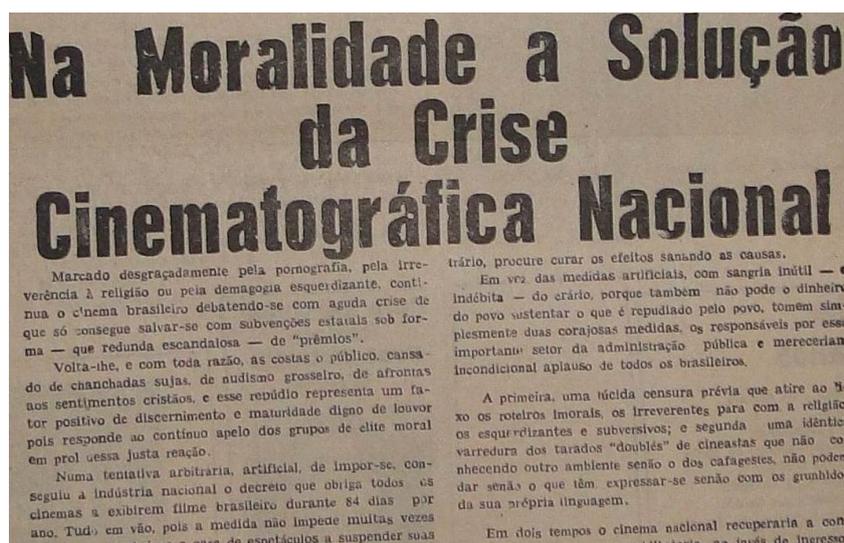


Imagem 1 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 04 de Outubro de 1972, p. 8-B.

A matéria *Na moralidade a solução da crise cinematográfica nacional* (04/10/1972) afirma que o cinema nacional estaria em crise, por ser marcado pela pornografia. O público estaria cansado de filmes com roteiros cheios de nudismo, piadas sujas e afrontas aos sentimentos cristãos, e as famílias estavam deixando de ir ao cinema. Exalta que esse repúdio representa o discernimento e a maturidade da população, fato que seria digno de louvor. Menciona-se, ainda, que a indústria nacional havia conseguido, em uma medida considerada arbitrária, um decreto federal em que os cinemas eram obrigados a exhibir filmes nacionais 84 dias por ano. O decreto não teve sucesso, pois acabaram tendo que suspender sessões por falta de público. Com esse fracasso, a indústria cinematográfica tentou conseguir junto ao governo a restrição do número de filmes estrangeiros, acreditando que, se a população não tivesse outra opção, iria assistir aos filmes nacionais com suas piadas e cenas de nudez. Na matéria, pede-se que os governantes resistam à pressão, procurem estratégias para solucionar o problema e sugerem duas medidas que poderiam ser tomadas:

A primeira, uma lúcida censura prévia que atire ao lixo os roteiros imorais, os irreverentes para com a religião, os esquerdizantes e subversivos; e segunda uma idêntica varredura dos tarados “doublés” de cineastas que não conhecendo outro ambiente senão o dos cafajestes, não podem dar senão o que têm expressar-se senão com os grunhidos da sua própria linguagem. (Folha do Norte do Paraná, 04/10/1972, p. 8-B).

Com essas medidas, acreditava-se que o cinema nacional recuperaria a confiança da população e as famílias voltariam a frequentá-lo como era antes, pois seria a pornografia a culpada pelo retraimento do público e assim pela crise no cinema nacional e também do internacional. Por fim, pede-se que os espectadores continuem não comparecendo ao cinema e cobrando uma reação do governo contra a “poluição moral”.

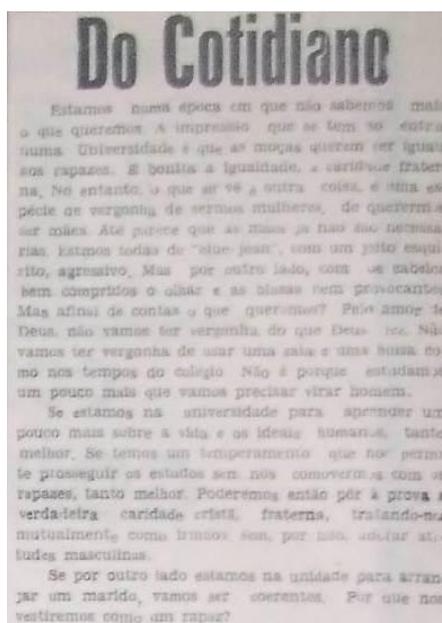


Imagem 2 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 02 de Junho de 1975, p. 16.

Em *Do cotidiano* (02/06/1975), a matéria critica o comportamento das mulheres nas universidades, afirmando que estão querendo ser iguais aos homens. A igualdade seria algo positivo, mas o que estaria acontecendo, segundo o colunista, é que as mulheres demonstravam, cada vez mais, vergonha de serem mulheres e mães. A matéria segue afirmando que:

Até parece que as mães já não são necessárias. Estamos todas de “blue Jean”, comum jeito esquisito, agressivo. Mas por outro lado, com os cabelos bem compridos o olhar e as blusas bem provocantes. Mas a final de contas o que queremos? Pelo amor de Deus, não vamos ter vergonha do que Deus fez. Não vamos ter vergonha de usar uma saia e uma blusa como nos tempos do colégio. Não é porque estudamos um pouco mais que vamos precisar virar homem (Folha do Norte do Paraná, 02/06/1975, p. 16).

Estar em uma universidade para aprender sobre os ideais humanos e sobre a vida não é colocado na matéria como algo negativo, mas como uma oportunidade de por à prova a caridade cristã, tratar o outro como irmão. No entanto, seria preciso atentar para o fato de que não se deveria “adotar atitudes masculinas”.

A matéria segue alertando que, se as mulheres estão na universidade para encontrar um marido, não é coerente que se vistam como um homem. Coloca que as mulheres deveriam pensar um pouco mais com suas próprias “cabecinhas, cheias de filosofias e de ideias tão lindas, mas tão incoerentes quando se trata de ver a vida como ela é”, e lamenta o fato de não saberem a falta que uma “mãe de verdade” faz para guiá-las em todas as esferas de suas vidas. Tudo isso, no entanto, seria difícil de entender, segundo o colunista, devido às inúmeras distrações que rondavam as mulheres, “mas essas verdades eternas precisam ser medidas para encontrarmos o ritmo certo agora enquanto somos tão jovens e tão lindas fáceis de influenciar e difícil de entender” (Folha do Norte do Paraná, 02/06/1975, p. 16).

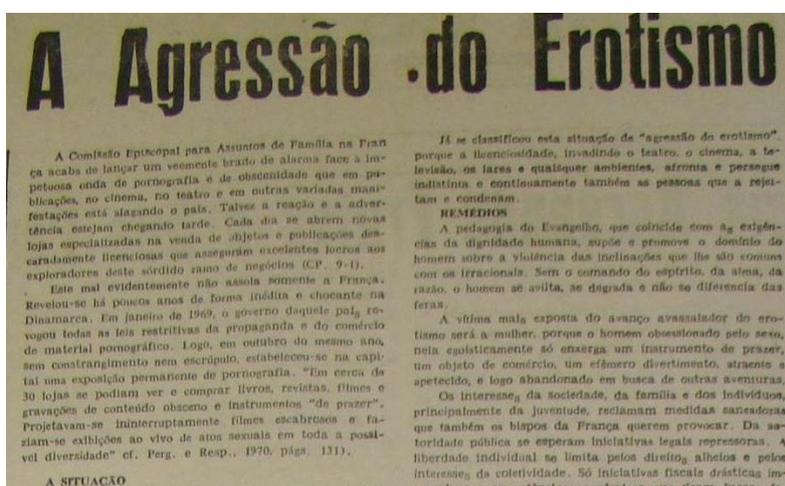


Imagem 3 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religiosa), 04 de Abril de 1972, p. 2-B.

A matéria *A agressão do Erotismo* (04/04/1972), escrita pelo Cardeal Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, informa que na França a Comissão Episcopal para Assuntos da Família havia lançado alerta contra a onda de pornografia e obscenidades que vinham tomando conta do cinema, teatro, publicações, entre outras manifestações. Afirma que os meios de

comunicação social seriam responsáveis por transmitir e explorar de diversas formas a ideia de sexo. Critica a publicidade comercial por estar usando a imagem de mulheres provocantes e despidas para vender todos os tipos de objetos, tendo eles relação com a mulher ou não, além de filmes cheios de imagem com cena de perversões sexuais.

A matéria culpabiliza a mulher pela onda de pornografia, afirmando que ela “favorece largamente este mesmo clima de erotismo no ambiente social pelas modas de progressiva redução de pano nos vestidos e pelos modos livres e deliberados de exibir o corpo sem a reação instintiva de enrubescimento das faces”. (Folha do Norte do Paraná, 04/04/1972, p. 2-B). Coloca que essa mentalidade estaria causando uniões provisórias e passageiras entre os jovens, o uso de drogas, prostituição, além das instabilidades e falta de harmonia nas famílias. Esta situação foi classificada de “agressão do erotismo”, por invadir todos os ambientes, agredir e perseguir também aquelas pessoas que o condenam e rejeitam. Podemos entender que:

a posição da Igreja no que concerne ao corpo – e ao uso deste – é acima de tudo perpassada por questões de cunho moral, estabelecendo a exclusão dos que não se encaixam dentro dos parâmetros por ela delimitados. [...] no Brasil, a produção e a circulação desses discursos fazem parte de um contexto específico, onde os dizeres da Igreja adquirem o sentido de "produção de verdades", que tem em vista delimitar as "estratégias de influência" que o contexto estava colocando para a instituição. (CARVALHO, 2001, p. 161).

Como remédio, a matéria ainda apresenta a pedagogia do evangelho, que defende o controle do homem sobre seus desejos, pois a falta de domínio o assemelharia aos irracionais. As mulheres são apontadas como as mais prejudicadas com o avanço do erotismo, porque:

A vítima mais exposta do avanço avassalador do erotismo será a mulher, porque o homem obcecado pelo sexo, nela egoicamente só enxerga um instrumento de prazer, um objeto de comércio, um efêmero divertimento, atraente e apetecido, e logo abandonado em busca de outra aventura (Folha do Norte do Paraná, 04/04/1972, p. 2-B).

Finaliza afirmando que a reação contra o erotismo deveria partir dos cidadãos cristãos que não toleram os excessos de um paganismo renascente, que esses lutem contra o libertinismo moral. De acordo com Carvalho,

No Brasil, entre as décadas de 60 e 80, o investimento da Igreja sobre a sexualidade ocorreu num contexto de intensas modificações sociais e culturais iniciadas na década de 50, quando então o país passou a viver um paulatino processo de mudança e desenvolvimento industrial. (CARVALHO, 2001, p. 161-162)

Dessa forma, perante as mudanças que vinham ocorrendo no país, a matéria apresenta elementos moralizantes, pois entendemos que, ao criticar e culpabilizar as mulheres pela onda de pornografia, apresenta uma imposição a respeito de como a mulher deveria se vestir e comportar-se em sociedade, afirmando que a moda surge com valores prejudiciais, já que a torna apenas um objeto de prazer do homem. As mulheres deveriam comportar-se de acordo com os princípios cristãos.

Família

Nessa categoria, foram agrupadas matérias que abordavam o tema família. As publicações encontradas apresentavam qual seria o papel da mulher na família e no casamento, que seria o de mãe responsável pelos cuidados com os filhos e esposa que deveria cuidar e manter a ordem em seu lar, além de matérias sobre o que causaria infelicidades no casamento, como cuidar dos filhos, ter uma casamento feliz e publicações que criticavam o divórcio. A seguir, analisamos algumas das matérias encontradas que compõem essa categoria.

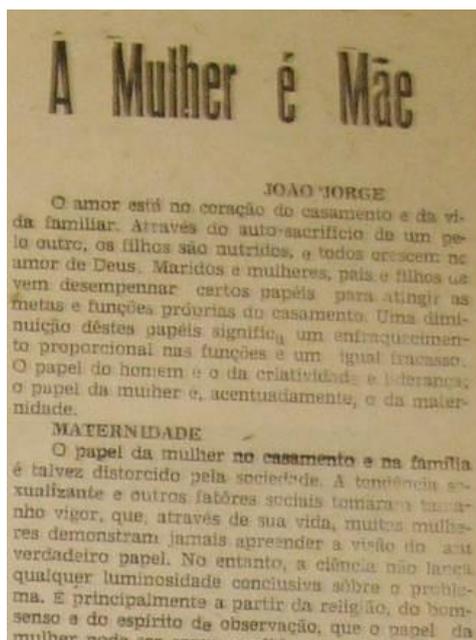


Imagem 4 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 10 de Maio de 1970, p. 2-B.

Na matéria *A mulher é mãe*, escrita por João Jorge, afirma-se que para se ter um casamento bem sucedido, o marido, a mulher e os filhos devem desempenhar determinados papéis dentro do casamento. Quando esses papéis não são cumpridos, ocorre o enfraquecimento do casamento e o seu fracasso. De acordo com a matéria, “o papel do homem é o da criatividade e liderança, o papel da mulher é, acentuadamente, o da maternidade” (Folha do Norte do Paraná, 10/05/1970, p. 2-B). A publicação é subdividida em dois subtítulos, *Maternidade* e *A mãe fora do lar*.

Em *Maternidade*, afirma-se que o papel da mulher na família tem sido distorcido pela sociedade. Coloca que a sexualização, junto a outros fatores sociais, teriam causado a perda de valores, pois muitas mulheres não teriam aprendido qual seu verdadeiro papel dentro da família. Nesse sentido, deveria ser por meio da religião e do bom senso que o papel destinado à mulher poderia ser entendido e realizado.

A matéria apresenta qual seria o papel da mulher na família e no casamento “toda mulher é feita para ser mãe, no sentimento físico da palavra ou no sentido mais espiritual e universal”, a mulher teria características próprias para essa função, como seu aparelho orgânico, senso moral e sensibilidade. Já o homem seria aquele que inicia, ou cria. Dessa forma “a mulher destina-se a ser MÃE, a preservar e a desenvolver aquilo a que o

homem deu origem” (Folha do Norte do Paraná, 10/05/1970, p. 2-B). A matéria segue apresentando características que seriam próprias da natureza da mulher, como:

a tendência de ser reservada envolve uma certa passividade ou receptividade feminista, que dá origem à função acolhedora ; - a tendência a conservar é exemplificada pelas qualidades protetoras maternas;- a tendência a servir provém do alterocentrismo fundamental da mulher, auxiliado por alguma superioridade intuitiva, um particularismo que envolve adaptabilidade e maleabilidade (Folha do Norte do Paraná, 10/05/1970, p. 2-B).

No subtítulo *A mãe fora do lar*, afirma que o papel da mulher atualmente não está mais ligado exclusivamente ao seu lar, nossa cultura o teria ampliado para a esfera da política e da vida social. Alerta que essa mudança oferece riscos à integridade da família, mas a presença da mulher nessas áreas não representa o abandono do seu papel básico dentro da família. Sua ascensão é apresentada como algo positivo, mas que merece ressalvas, não devendo a mulher se desvincular do que seria seu papel próprio em seu lar, afirmando que “tanto no lar como através de sua participação na vida social, a mulher manifesta sua vocação para a maternidade, e defende sua integridade e seu fruto, por meio do compromisso com o tipo de emprego que mais beneficiará a sua família e seu lar” (Folha do Norte do Paraná, 10/05/1970, p. 2-B).

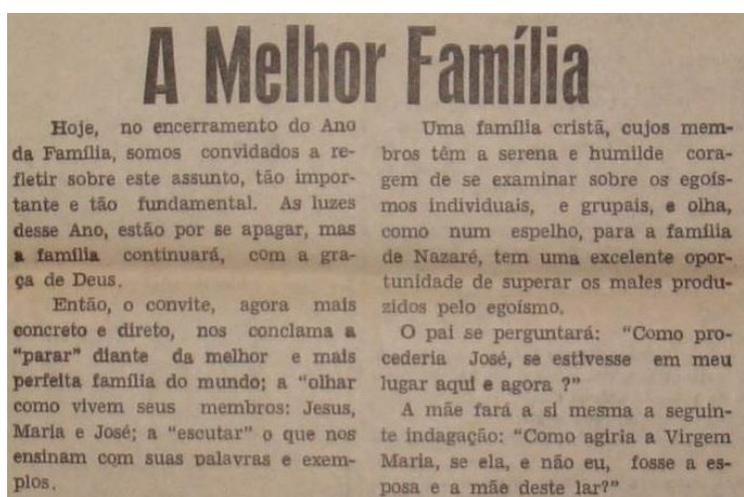


Imagem 6 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 29 de Dezembro de 1974, p. 06.

Na matéria *A melhor família*, escrita por Maria Ghisleni e publicada originalmente no Jornal “O Domingo”, afirma que aquele ano que estava se encerrando (1974) seria o ano da família, e que esse fato era um convite para as pessoas refletirem sobre ela. Convida o leitor a pensá-la com base em Jesus, Maria e José, que é colocada como a família mais perfeita do mundo, e escutar seus ensinamentos com base em suas palavras e exemplos. Cita passagens bíblicas sobre a Sagrada Família e afirma que naquela casa o egoísmo não tinha espaço, um ajudava o outro. O egoísmo é colocado como o maior mal do mundo e algo que traz discórdia e desunião.

Segue afirmando que uma família cristã é aquela a qual seus membros têm coragem e humildade para se examinar sobre seu egoísmo e olham “como num espelho, para a família de Nazaré”. Essa família tem a oportunidade de superar os prejuízos causados pelo egoísmo. Dessa forma,

O pai se perguntará: “como procederia José, se estivesse em meu lugar aqui e agora?” A mãe fará a si a mesma a seguinte indagação: “como agiria a Virgem Maria, se ela, e não eu, fosse a esposa e a mãe deste lar?”. Os filhos, por sua vez, se interrogarão: “quais seriam as atitudes e o comportamento de Jesus, se morasse aqui com a gente, se fosse nosso irmão de sangue?” (Folha do Norte do Paraná, 29/12/1974, p. 06).

Se essas perguntas fossem feitas a si mesmo durante as situações vivenciadas, trariam as respostas desejadas e, assim, a paz, harmonia e amor reinariam no lar da família e aumentariam a cada dia, tornando-se cada vez mais semelhante ao de Nazaré. A colunista termina a matéria perguntando “Sua família, parecida com a Sagrada Família poderá alguém desejar maior recompensa para seus esforços?” (Folha do Norte do Paraná, 29/12/1974, p. 06), colocando como modelo de família e de felicidade.

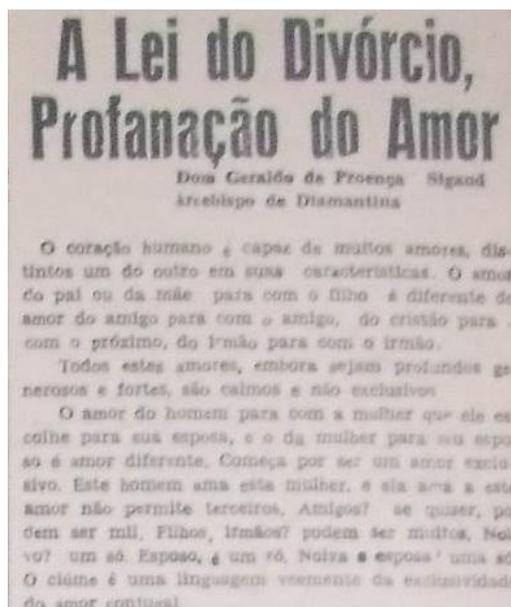


Imagem 5 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 25 de Junho de 1975, p. 16.

A matéria intitulada *A lei do divórcio, profanação do amor*, escrita por Dom Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo de Diamantina, afirma que existem várias formas de amor – entre amigos, irmão, namorados, noivos, entre outros. Esses amores, embora sejam verdadeiros e profundos, são menores se comparados com o amor entre marido e esposa, pois esse é diferente, exclusivo e não permite terceiros. Critica o divórcio, afirmando que o amor conjugal é definitivo, durante o namoro ainda é provisório e inocente, mas vai se consolidando durante o noivado e no “casamento ele é definitivo. O homem que se casa, a mulher que se casa, dão o passo definitivo. Um entrega seu amor ao outro para toda a vida. Se a entrega do coração no casamento for provisória, este amor não é autenticamente amor conjugal” (Folha do Norte do Paraná, 25/06/1975, p. 16).

O autor da matéria segue afirmando que as leis humanas têm como função “consagrar a natureza das coisas, e não violentá-la”, dessa forma as leis em torno do casamento deveriam respeitar a natureza, o amor conjugal, e não violentá-la. Referia-se, assim, ao projeto de lei do divórcio⁵, que permitiria a dissolução do casamento, afirmando que seria um crime tal lei que estaria declarando o casamento, o amor conjugal, como provisório.

⁵ O projeto de lei do divórcio, apresentado pelo senador Nelson Carneiro, culminou na Lei n. 6.515/77, assinada em 26 de dezembro de 1977, que institucionalizou o divórcio no Brasil.

Se o amor conjugal é necessariamente definitivo, com que direito o legislador intervém violentamente, declarando que o casamento que é expressão do amor conjugal é necessariamente provisório? (...) O divórcio o faz provisório, e com isto convida a que não seja exclusivo nem total, ficando um amor, “vamos ver...” (Folha do Norte do Paraná, 25/06/1975, p. 16).

Dessa forma, se posiciona contra a lei do divórcio, que iria contra a natureza do casamento, que deveria ser definitivo e com sua aprovação poderia se tornaria provisório.

As discussões em torno do tema divórcio, na década de 1970, causaram grandes debates. De acordo com Marlene de Fáveri (2007), a emenda defendendo a implantação do divórcio no país, proposta pelo senador Nelson Carneiro em maio de 1975, gerou inúmeras discussões no Congresso Nacional entre os que eram a favor e os contra. Nesse momento, a igreja, por meio de seus membros, se posiciona contra a implantação do divórcio. A igreja se mobilizou “fazendo das procissões de Corpus Christi daquele ano verdadeiras passeatas contra o divórcio, distribuindo, em todas as missas de domingo, panfletos, num total de 50 mil, e recolhendo abaixo-assinados” (FÁVERI, 2007, p. 346). Inúmeros padres, bispos e cardeais por todo o país manifestaram seu repúdio ao divórcio, e as pessoas que o defendiam realizaram discursos aos fiéis salientando as destruições que o divórcio provocaria.

Diante das discussões sobre divórcio que estavam ocorrendo em todo o país, o jornal Folha do Norte do Paraná, em sua coluna religiosa, publicou diversas matérias em defesa da família, do casamento e contra o divórcio. Seguindo a linha em defesa da família e pela manutenção do pensamento tradicional traz prescrições sobre a importância do casamento e quais os papéis que deveriam ser desempenhados pelo homem e pela mulher nessa união.

Considerações finais

Por meio da análise das matérias da Coluna Religião publicada no Jornal Folha do Norte do Paraná durante os anos de 1970 a 1976, podemos

perceber as influências nos conteúdos das matérias das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que vinham ocorrendo em todo o mundo.

Em relação à mulher, a década de 1970 foi marcada pela intensificação do feminismo no Brasil, o que provocou uma onda de novos pensamentos e discussões sobre as relações de gênero, sobre os espaços ocupados ou que deveriam ser por homens e mulheres na sociedade. Discussões em relação ao divórcio e sexualidade da mulher começam a ganhar espaço na mídia e em outros setores sociais, o que causou o início de uma disseminação de novos modos de pensar e ver a participação da mulher na sociedade. Com essa visão, o feminismo, que lutava pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela emancipação da mesma, vai ganhando visibilidade e apoio de uma parte da população.

Nos anos em estudo, notamos uma crescente onda de matérias relacionadas à moralização e à manutenção dos valores tradicionais cristãos. Na maioria das matérias, podemos notar a intensa presença de valores religiosos, sendo utilizadas nas matérias, por diversas vezes, citações de passagens bíblicas para argumentar que determinados atos ou comportamentos eram condenados ou exaltados por Jesus, devendo ser evitados ou repetidos.

Devido ao contexto histórico em questão, das transformações culturais, políticas, sociais e econômicas que marcaram a década de 1970, parecem se intensificar novos pensamentos, principalmente em relação à emancipação da mulher, discussões relacionadas ao divórcio, sexualidade, erotismo e normatização do corpo da mulher. O jornal, por sua vez, publica diversas matérias apresentando ressalvas a tais posicionamentos, exaltando a moral cristã com o intuito de combater a crescente quebra dos valores defendidos pela Igreja Católica, como a dissolução do casamento considerado sagrado, o erotismo, entre outros, transmitindo aos seus leitores e leitoras que as tradições deveriam ser preservadas para que se pudesse manter a ordem e a harmonia na sociedade e nas famílias, pois essas ideias estariam causando grandes prejuízos para a sociedade.

Referências

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia em O Estado de São Paulo**. São Paulo: Omega, 1980.

CARVALHO, Maristela Moreira. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). **Esboços**, v. 7, n. 09, p. 159-180, 2001.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; TRINDADE, Zeidi; SANTOS, Maria de Fátima. Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PAULA, Antonio Roberto de. **O jornal do bispo: a história da Folha do Norte do Paraná**, 2009. Disponível em: <<http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historia-da.html>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Marta Regina Alves. **Nas malhas da diferença: nuances de gênero na educação de crianças**. Uberlândia: Edufu, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2012, p. 469-512.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. IN: AQUINO, Julio G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 93-105.